



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONDEIXA-A-NOVA

ACTA Nº 5/2009

(Novo Executivo)

SESSÃO ORDINÁRIA

DE 2009/12/28

ACTA Nº 5/2009
ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2009

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, com a seguinte ordem de trabalhos: --- -----

1 – Tomada de posse do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Bendafé;-----

2 – Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal; -----

3 – Período Antes da Ordem do Dia; -----

4 – Deliberação sobre o valor de acidentes pessoais para os membros da Assembleia Municipal;-----

5 – Eleição de membros da Assembleia Municipal como representantes na Assembleia Geral da ANMP; na Assembleia Distrital de Coimbra; no Conselho Municipal de Protecção Civil e no Conselho de Cinegética.-----

6 - Ratificação da nomeação de representantes da Assembleia Municipal no XVIII Congresso da ANMP, que teve lugar nos dias 4 e 5 de Dezembro de 2009.-----

7 – Designação de 4 eleitores para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo – al|I), do artgº17º, da Lei nº147/99, de 1/9; -----

8 – Eleição de representantes da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da CIM – Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego;-----

9 – Eleição de um Presidente de Junta de freguesia para o Conselho Local de Educação em representação das freguesias do Concelho;-----

10 - Autorização para Delegar Competências nas Juntas de Freguesia do Concelho, através de Protocolos, na Conservação e Limpeza de Valetas, Bermas, Arruamentos e Recintos Escolares; -----

11 – Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010, bem como o Mapa de Pessoal; -----

12 – Apreciação da informação do Sr. Presidente da Câmara, nos termos do nº1, da alínea e), do artigo 53º, da Lei 169/99, de 18/9, na actual redacção.-----

Feita a chamada, verificou-se a presença de todos os Deputados da Assembleia Municipal: Fernando Antunes Gaspar Pita, António José Mendes Domingues, Maria Benvinda Aires Jesus Costa, António Bicho Correia, Ramiro Ferreira Miranda, Carlos Manuel Oliveira Canais, Maria da Graça Correia Figueiredo, Maria da Conceição Gonçalves Rodrigues Costa, Vasco Dinis Mateus Santos Póvoa, Maria de Lurdes Mendes Simões, Maria Fátima dos Santos Bandeira Pessoa, Gonçalo Nuno Pita Marques Redinha, Ricardo Manuel Rodrigues Fernandes, Maria João Ribeiro Simões, Daniel Rodrigues dos Santos Costa, João Miguel de Matos Alves Santos Viais, Nuno Miguel Abreu Ribeiro, Silvina Maria Bernardino Ribeiro Menezes Silva, Paula Cristina Bernardino Marcelino, João Filipe Leal, Ernesto Augusto Gonçalves Albuquerque, Gustavo Manuel Teixeira Pancas, José António Loureiro Martinho, Maria do Rosário Marques Grilo, Mário Miguel Soares Mendonça Carvalho, António Henriques Simões Navarro, Luís Miguel Manaia Caridade, António Manuel Simões Rodrigues, Raul Marques Lopes Pratas, José Manuel Facas Reis, Fernando Manuel Carreira Abreu.-----

Estiveram também presentes à Sessão o Sr. Presidente da Câmara, Jorge Manuel Teixeira Bento e os Senhores Vereadores, Nuno Moita, Vasco Figueira, Margarida Guedes, Liliana Pimentel e Carlos Branco.-----

O Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão cumprimentando todos os presentes. - De seguida, a Assembleia Municipal, procedeu à análise e discussão dos seguintes pontos da ordem de trabalhos. -----

Ponto 1: Tomada de posse do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Bendafé.

Dado que o Presidente da Junta de Freguesia de Bendafé foi eleito por plenário em 29 de Novembro de 2009, e estando hoje presente na Sessão, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia procedeu de imediato à sua instalação, verificando a sua identidade e legitimidade como a seguir se indica: José António Loureiro Martinho, 42 anos de idade, portador do BI nº 7745482, emitido pelo Arquivo de Identificação de Coimbra, aos

03/04/2007, filho de Aires Fernandes Martinho e de Eulália Loureiro, Construtor Civil, natural de Sé Nova, do Município de Coimbra e residente em Rua de S. Simão, Casa Telhada, Cernache. -----

Por não ter estado presente aquando da Sessão de Instalação, também tomou posse como Deputado desta Assembleia o cidadão Carlos Manuel Oliveira Canais, 39 anos de idade, portador do BI nº 8386907, emitido pelo Arquivo de Identificação de Coimbra, aos 10/12/2004, filho de Manuel Ferreira Canais e de Maria Ascenção Pocinho de Oliveira, Enfermeiro, natural de Condeixa-a-Nova, do Município de Condeixa-a-Nova e residente em Rua de S. Tiago, Sebal Pequeno. -----

Ponto 2 - Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal;

O Presidente da Mesa agradeceu o esforço da Comissão que trabalhou na revisão do Regimento da Assembleia Municipal, sublinhando o facto de todas as alterações efectuadas terem sido consensuais. Referiu que essa comissão era constituída pelos Deputados João Filipe Leal, João Viais, Maria de Lurdes Simões e Fátima Bandeira. -----

O Presidente perguntou se algum dos Deputados queria usar da palavra sobre este ponto. --

O Deputado Municipal João Viais interveio, começando por desejar ao elenco da Câmara, no mandato que agora iniciam um bom trabalho em prol do desenvolvimento do Concelho. Referiu ainda a qualidade da equipa, reforçada pela formação académica do Dr. Nuno Moita e do Dr. Vasco Figueira. -----

Relativamente ao Regimento, referiu-se em particular à data da realização da sessão de Dezembro e ao horário das sessões da Assembleia Municipal, mostrando discordância relativamente ao que tem sido tradição nos últimos mandatos. Por este motivo apresentou duas propostas, aceites pela Mesa, a saber: -----

Primeira Proposta: - A sessão de Dezembro da Assembleia Municipal, em vez de ocorrer entre as datas festivas, poderia passar para a primeira quinzena de Dezembro. -----

Segunda Proposta: - As sessões da Assembleia Municipal se realizassem ao fim da tarde e não da parte da manhã, conforme tem sido tradição. Argumentou que assim talvez fosse maior a participação do público nessas sessões. -----

O Deputado Municipal Carlos Canais referiu que a realização da sessão de Dezembro na primeira quinzena, levantaria alguns problemas ao Executivo, em particular na feitura do Orçamento e Plano de Actividades. Relativamente à realização das sessões ao fim da tarde ou à noite, não acreditava que tal se reflectisse numa maior participação do público. Experiências anteriores de mudança de horário em nada mudaram a participação da população. Portanto não via vantagens na mudança de horário de realização das sessões da Assembleia Municipal.-----

O Sr. Presidente da Câmara também interveio, referindo que a realização da sessão de Dezembro na primeira quinzena do mês, dificultava a preparação dos documentos de Orçamento e Plano de Actividades a apreciar nessa última sessão do ano. Salientou também que a realização da sessão o mais tarde possível permite que os valores da proposta de Orçamento sejam os mais fiéis possíveis. -----
De seguida procedeu-se à votação das duas propostas apresentadas pelo Deputado João Viais. A votação relativa à primeira proposta “Realização da sessão do mês de Dezembro na primeira quinzena”, teve os seguintes resultados: 7 votos a favor, 24 votos contra. -----
A votação relativa à segunda proposta “Realização da sessão ao final do dia”, teve os seguintes resultados: 8 votos a favor, 23 votos contra. -----
Em face destes resultados a sessão de Dezembro continua a realizar-se na segunda quinzena do mês e todas as sessões continuarão a realizar-se à Segunda-Feira da parte da manhã. -----
De seguida o Regimento da Assembleia Municipal foi posto à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Ponto 3 – Período Antes da Ordem do Dia.

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos Deputados por ordem de inscrição.-----
Começou por tomar a palavra o Presidente da Junta de Freguesia do Sebal, Raul Pratas, desejou a todos os presentes um período de festas felizes, e questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre dois assuntos, a saber:-----
- Qual a opinião do executivo sobre a consulta publica relativa à ligação ferroviária do comboio de alta velocidade no troço que atravessa o Concelho, apresentando um documento que se junta à presente acta para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 1. -----
- Para quando a actualização dos limites administrativos das freguesias; referiu que os limites administrativos das Freguesias recentemente definidos, poderão criar múltiplos problemas a alguns munícipes. -----
Neste contexto leu um documento relativo aos limites administrativos das freguesias que se junta à presente acta para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 2. -----

O Deputado Municipal, Nuno Redinha, apresentou o projecto “Limpar Portugal”, o qual está em fase de preparação, tendo o seu culminar no dia 20 de Março de 2010 e o seu grande objectivo é limpar as matas do país, que se junta à presente acta para dela fazer parte

integrante como documento anexo sob o número 3, dele constando uma descrição mais detalhada do projecto. -----

O Presidente da Junta da Freguesia de Vila Seca, José Facas Reis, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre as obras de saneamento na freguesia de Vila Seca. -----

Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Anobra, Gustavo Pancas, para questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre diversos assuntos, apresentando um documento que se junta à presente acta para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 4. Questionou o Sr. Presidente sobre: para quando o pagamento dos montantes em falta sobre protocolos celebrados em 2009; ponto de situação do processo de expropriação do terreno a nascente do cemitério de Anobra; para quando reuniões dos serviços técnicos da Câmara com as Juntas de Freguesia para discussão do Projecto de Revisão do PDM; perguntou se a Agência Portuguesa do Ambiente já emitiu declaração de Impacto Ambiental em relação ao traçado do TGV que atravessa o Concelho; para quando a resolução do buraco na estrada Municipal na Melhora; para quando a resolução de manilha partida no cruzamento da Rua da Feteira/Bairro da Liberdade em Anobra; o porquê da ausência da Câmara Municipal na Revisão do Plano de Gestão da Reserva Natural do Paúl de Arzila.-----

A Deputada Municipal, Conceição Costa, questionou o Sr. Presidente da Câmara, para quando o início das obras na Praça da Republica? Qual a configuração das mesmas? E como se vai processar a saída dos Bombeiros?-----

A deputada Municipal, Fátima Bandeira, referiu que, sendo esta a primeira vez que é eleita para estas funções, gostaria de saudar os presentes e desejar a todos: Presidente da Mesa, membros da Assembleia, Presidente da Câmara e Vereadores, que o trabalho desenvolvido se reflecta num aumento de qualidade de vida de todos os munícipes. -----

O Deputado Municipal, Ernesto Albuquerque, começou por cumprimentar todos os presentes e fazer votos de que todos desenvolvam um bom e profícuo trabalho. De seguida solicitou ao Sr. Presidente da Câmara esclarecimento sobre os seguintes assuntos: -----

- Cartão Municipal da Amizade – Qual o número de pessoas a usufruir do mesmo e quais os encargos que tem para o Município. -----

- Julgados da Paz – Porque motivo não existe em Condeixa.-----

- A ajuda e aconselhamento a famílias mais carenciadas, sabe que existe nos Concelhos limítrofes, e gostaria de saber quais as medidas tomadas por este Executivo.-----

De seguida o Deputado Municipal, João Viais, colocou duas questões ao Sr. Presidente da Câmara: -----

1ª – “Sabe que se fizeram, e pagaram, vários estudos com vista à conclusão do PDM do Concelho, mas até agora o mesmo não está concluído, continuando-se a trabalhar com o existente, o qual, e em sua opinião, é um entrave ao desenvolvimento do Concelho. A pergunta é: Para quando o novo PDM? -----

2ª – O Conselho Municipal da Juventude foi em tempos criado, segundo se lembra, por uma proposta do Dr Nuno Moita, por quem foi convidado para integrar o referido Conselho. A pergunta é: Em que ponto está a situação deste Conselho, existe ou não?”-----

O Deputado Municipal, Nuno Ribeiro, começou por desejar a todos os presentes continuação de boas festas e um bom Ano Novo. Apresentou os agradecimentos dos munícipes da urbanização Nova Conímbriga, pelo arranjo do parque infantil e pela substituição da paragem de autocarro. De seguida colocou duas questões ao Executivo Camarário:-----

1ª - Para quando a substituição da iluminação na urbanização Nova Conímbriga, dado que a existente falha frequentemente e é insuficiente; -----

2ª - Para quando a iluminação da rotunda e a da estrada para Soure, na zona da urbanização, muito solicitada pelos moradores argumentando razões de segurança. -----

O Deputado Municipal António José Domingues tomou a palavra começando por desejar a todos um bom Ano Novo, assim como um bom mandato, permitindo que todos os objectivos sejam atingidos aumentando a qualidade de vida de todos os munícipes. Passou de seguida a apresentar ao Sr. Presidente da Câmara as seguintes questões:-----

1ª – Como está a situação das obras no IC2 e dado que foi assumido um protocolo com as Estradas de Portugal, qual é quota parta da participação da Autarquia na questão de financiamento; -----

2ª – Para quando uma sala de trabalho para os Vereadores não permanentes;-----

3ª - Qual a possibilidade de assinatura de protocolo com vista à ligação de Condeixa Coimbra pelo metro de superfície.-----

Concluiu a sua intervenção apresentando uma reflexão sobre o Desenvolvimento Social/Territorial e Equitativo cujo documento se anexa à presente acta para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 5. Referiu que deve promover mais debate com a sociedade civil, pois alguns projectos em desenvolvimento e implementação

solicitam a intervenção cívica da população. As autarquias devem trabalhar em parceria com os vários sectores da comunidade de forma a elaborar uma estratégia integrada, consistente de forma a promover o bem-estar social e melhorar a qualidade ambiental. Referiu que em Condeixa não existe Coesão Territorial, estando este conceito focalizado na sede do Concelho. Referiu que de modo a corrigir rapidamente as assimetrias locais, o QREN será possivelmente o último quadro com fundos estruturais para a implementação das estruturas básicas. Referiu que existem localidades com acesso a serviços básicos precários ou inexistentes, nomeadamente iluminação pública, rede de saneamento, rede viária municipal, rede de água, rede de lares de dia e residencial insuficiente. Referiu ainda a necessidade de Condeixa se associar a outros concelhos vizinhos de modo a ter dimensão crítica nacional e de existir uma política de integração de Condeixa em Conimbriga, pois só com Conimbriga é possível implementar uma política de turismos que beneficiará o Concelho. -----

No uso da palavra, o Deputado Municipal Ramiro Miranda colocou ao Sr. Presidente da Câmara as seguintes questões: -----

1ª - Qual a avaliação da eficácia do trabalho da Câmara Municipal, com as Instituições de Solidariedade Social (ISS), no que respeita ao apoio à captação de investimento público para o Concelho e para a construção de equipamentos sociais? Justificou que esta pergunta se deve a abertura de candidaturas em 2008 e 2009 ao PARES e QREN (POPH e PRODER) e a Câmara Municipal de Condeixa ter publicitado nos jornais notícias sobre o apoio a uma ISS em dia de aniversário, sobre um protocolo com uma Fundação e notícias sobre a continuação da elaboração de diagnósticos sociais, tendo conhecimento que em outros Concelhos foram aprovadas candidaturas e inaugurados novos equipamentos, financiados com dinheiros públicos e apoiados pelas respectivas Autarquias. -----

Considera ser uma agravante que alguns dos equipamentos se situarem em Concelhos vizinhos, nomeadamente em Soure, e os cidadãos de Condeixa estarem a socorrer-se deles, pois não encontram resposta no seu Concelho. Disse ainda que do exposto, esta realidade é uma falha grave no desenvolvimento sustentado do Concelho (bandeira no marketing político). E não é, de certeza, o desenvolvimento sustentado necessário nesta área, para Condeixa.-----

2ª - Qual o ponto da situação do plano de segurança rodoviário dentro das localidades, essencialmente destinado a limitar a velocidade?-----

O Deputado Municipal, Ricardo Fernandes apresentou a todos os seus cumprimentos e deu os parabéns ao Presidente da Câmara pela eleição para Presidente da Comunidade

Intermunicipal do Baixo Mondego, disse esperar que seja uma mais valia para o nosso Concelho. De seguida questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre as obras do estádio e sobre a possibilidade da criação de uma empresa municipal para gerir os equipamentos desportivos. -----

O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra começando por desejar a continuação de uma boa quadra festiva e que o novo mandato seja muito produtivo. Passou de seguida a dar resposta às questões colocadas: -----

- As obras do estádio já começaram e irão decorrer em duas etapas. Quanto ao modelo de gestão, ainda não está definido e está a ser ponderada a possibilidade de criar uma empresa municipal para a gestão deste e de outros espaços equivalentes. Até ao momento, e dada a pequena dimensão do Concelho, tal não se tinha revelado necessário, assim como, seria mais uma estrutura a ser criada com os encargos financeiros que isso implicaria. No entanto, há indicadores que apontam para a necessidade de a curto prazo se ter de tomar uma decisão. -----

- No que respeita à questão colocado sobre a eficácia das políticas municipais para as questões sociais, disse que a participação da Câmara tem sido sempre proporcional à participação da Segurança Social nos concursos a que a Autarquia se tem proposto. Disse também que a Câmara Municipal tem estado e continuará a estar ao lado de projectos que têm surgido no Concelho por iniciativa de IPSS, como seja, por exemplo, na Ega ou na construção da creche da Misericórdia. -----

- Relativamente às obras previstas para o IC2 e aos encargos para a Autarquia, começou por informar que até ao momento os encargos se prendem com a elaboração do projecto de obra, o qual não é fácil, porque sendo este da responsabilidade da autarquia, é aprovado pelas Estradas de Portugal. Disse ainda, que um aspecto importante e que tem condicionado a elaboração do projecto, se prende com o facto de as Estradas de Portugal e a Câmara não terem a mesma visão de utilização da estrada e conseqüentemente do tipo de intervenção a realizar. Quanto às expropriações, dependerão de cada situação concreta e os encargos poderão, ou não, ser suportados pela Autarquia. Concluiu dizendo que quando o projecto estiver numa fase mais adiantada será possível apresentar o estudo prévio do impacto financeiro. -----

- Sobre o assunto Metro Mondego, disse que é do conhecimento geral as dificuldades com que a empresa gestora se tem deparado. Em tempos, existiram contactos entre a empresa e a Autarquia no sentido de viabilizar algumas situações, no entanto, considera que a curto prazo não será uma opção a ponderar. -----

- Relativamente a Sala destinada aos Vereadores, informou que a curto prazo estão previstas mudanças nos espaços municipais, as quais irão proporcionar melhores condições de trabalho, quer para Vereadores e Deputados, bem como para serviços municipais. -----
- Quanto à iluminação para a Urbanização Nova Conímbriga disse que irão estabelecer contactos com a EDP para incluir esta situação nos seus projectos de execução. Quanto à iluminação na Estrada Nacional nº342 será com as Estradas de Portugal. -----
- No que respeita ao Plano Director Municipal (PDM), disse que, em sua opinião, o actual PDM não é um entrave ao desenvolvimento do Concelho. Como qualquer documento de ordenamento do território tem condicionantes, no entanto, considera que o próximo, e tendo por base a legislação publicada, será mais rigoroso. Informou que o novo PDM está em elaboração e que várias empresas já trabalharam no mesmo, no entanto e essencialmente porque ocorrem sistemáticas alterações legislativas que implicam sucessivas revisões não tem sido fácil a sua conclusão. Disse ainda que os técnicos que nele estão a trabalhar se estão a esforçar por responder a todas as situações técnicas e que espera a curto prazo ter novidades neste sentido. -----
- Relativamente à questão colocada sobre os limites administrativos das freguesias, informou que serão agendadas reuniões com as freguesias envolvidas, para discussão e apresentação de propostas de perímetros urbanos. -----
- Quanto ao Conselho Municipal da Juventude disse que o grau de adesão dos jovens era de reduzido impacto e as suas faltas massivas impedia os trabalhos do Conselho. Mas continua aberto à criação de um Conselho Municipal da Juventude e que estaria na disposição de colaborar com uma comissão saída desta Assembleia. -----
- A criação do Julgado de Paz implica num conjunto elevado de preparativos e a Câmara tem um grande volume de encargos, não podendo fazer face a tudo. Para além disso, no momento em que foi apresentada a proposta da sua criação, não pareceu à Câmara muito prioritário. -----
- No que respeita ao Cartão Amizade/Família a intenção da sua criação visou favorecer as famílias numerosas. Em face da pouca aderência admite alguma falta de divulgação. -----
- As obras na Praça da Republica e envolvente estão previstas começar nos próximos 15 dias. Tem consciência que irão complicar muito toda a estrutura do centro da vila e apesar de previstas para 10 meses, considera que se poderá apontar para um ano de constrangimentos, no entanto revelam-se necessários. Lembrou que o projecto foi bastante divulgado e discutido, que está numa fase de não retorno e será financiado por fundos comunitários. Quanto às saídas dos bombeiros, quer no período de execução da obra quer posteriormente, estão devidamente acauteladas. -----

- Respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia da Anobra, Gustavo Pancas, disse que assim que os funcionários camarários do sector de obras, que estão de férias, retomem o serviço será providenciada a situação que apresentou. Quanto à falta de representação do Município em algumas reuniões, as mesmas devem-se à falta de delegação de competências que ainda não está concluída e ao elevado volume de trabalho de final de ano, não tendo sido fácil responder a todas as solicitações. -----

- Relativamente às questões colocadas sobre o comboio de alta velocidade o Sr. Presidente da Câmara respondeu que tem conhecimento sobre os constrangimentos sobre o traçado do TGV mas não tem conhecimento de qualquer documento emitido pela Agencia Portuguesa do Ambiente. -----

O Deputado Municipal, Ramiro Miranda, solicitou a palavra para comentar a observação do Sr. Presidente da Câmara, dizendo que é um processo demasiado importante para a Câmara Municipal não estar a acompanhar e não apoiar as Junta de Freguesia envolvidas. O facto de a Câmara Municipal não ter recebido a comunicação da RAVE sobre a consulta pública, não pode ser motivo para não intervir no processo. -----

Respondeu o Sr. Presidente da Câmara dizendo que ocorreram várias reuniões entre a RAVE e os Deputados municipais das freguesias envolvidas e dessas reuniões retiraram-se respostas para as mais diversas questões técnicas. Referiu que o traçado do TGV é do conhecimento da Autarquia, não conhecendo o documento resultante da consulta pública. ---
A este propósito disse ainda o Presidente da Junta de Freguesia de Sebal, Raul Pratas, que existem três propostas de traçado mas não existem propostas alternativas para caminhos cortados e obras a realizar. -----

O Sr. Presidente da Câmara comunicou que acabou de ser informado que foi directo para os serviços técnicos o documento com o estudo do impacto ambiental e tão breve quanto possível estará disponível no site da câmara. -----

- No que respeita à construção das ETAR de Vila Seca, Arrifana e Bendafé o Sr. Presidente da Câmara disse que este processo está atrasado devido há falta de parecer da Administração Regional Hidrográfica. -----

A Deputada Municipal, Fátima Bandeira, sugeriu que dado o impacto que as obras na Praça da Republica irão ter e porque a maioria dos elementos da Assembleia Municipal são novos, seria importante que o projecto fosse apresentado à Assembleia. -----

O Sr. Presidente ficou de providenciar essa apresentação. -----

Ponto 4 – Deliberação sobre o valor de acidentes pessoais para os membros da Assembleia Municipal;

Ao abrigo do disposto do artigo 17º da Lei nº 29/87, de 30 de Junho, com a redacção dada na Lei nº 52-A/2005, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, os valores do seguro de acidentes pessoais dos Deputados Municipais. Os valores aprovados foram os seguintes: morte ou invalidez permanente: 24.940,00 euros; incapacidade temporária: 12,50 euros/dia; despesas de tratamento e repatriamento: 2.494,00 euros e despesas com funeral: 1.250,00 euros, conforme consta em documento anexo à presente acta para dela fazer parte integrante sob o número 6.-----

Ponto 5 – Eleição de membros da Assembleia Municipal como representantes na Assembleia Geral da ANMP; na Assembleia Distrital de Coimbra; no Conselho Municipal de Protecção Civil e no Conselho de Cinegética.

O Sr. Presidente da Mesa referiu que houve uma prévia reunião de todos os Presidentes de Junta de Freguesia tendo havido um entendimento entre eles sobre os representantes das Juntas de Freguesia nos Órgãos mencionados neste ponto da Ordem de Trabalhos.-----

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Sebal, Raul Pratas, referiu que de facto houve uma reunião dos Presidentes de Junta de Freguesia, onde foram discutidos e aprovados os representantes das Juntas de Freguesia naqueles Órgãos. Referiu ainda que nessa reunião também foi aprovado o representante das Juntas de Freguesia no Conselho Local de Educação, assunto agendado no ponto 9 da Ordem de Trabalhos. Neste contexto, propõe a alteração à Ordem de Trabalhos, passando os pontos 5 e 9 a ser tratados em simultâneo. Proposta aprovada por unanimidade. -----

De seguida apresentou a proposta à mesa, subscrita por todos os Presidentes de Junta de Freguesia, indicando os membros da Assembleia Municipal como representantes na Assembleia Geral da ANMP; na Assembleia Distrital de Coimbra; no Conselho Municipal de Protecção Civil, no Conselho de Cinegética e no Conselho Local de Educação. De acordo com aquela proposta os representantes da Assembleia Municipal são os seguintes: -----

Assembleia Geral da ANMP – Raul Lopes Pratas, O Sr. Raul Pratas, Presidente da Junta de Freguesia de Sebal; -----

Assembleia Distrital de Coimbra - Fernando Manuel Abreu, Presidente da Junta de Freguesia do Zambujal; -----

Conselho Municipal de Protecção Civil – Luís Miguel Caridade, Presidente da Junta de Freguesia de Ega; -----

Conselho de Cinegética – José Facas Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Seca;-----

Conselho Local de Educação – Maria do Rosário Grilo, Presidente da Junta de Freguesia de Belide. -----

Esta proposta foi aceite pela Mesa e é anexa à presente acta para dela fazer parte integrante sob o número 7. O Sr. Presidente da Mesa perguntou se algum Deputado queria usar da palavra sobre este ponto. Como ninguém quis intervir, passou-se de imediato à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Em face deste resultado os representantes da Assembleia Municipal naqueles Órgãos são os apresentados na proposta. -----

Ponto 6- Ratificação da nomeação de representantes da Assembleia Municipal no XVIII Congresso da ANMP, que teve lugar nos dias 4 e 5 de Dezembro de 2009.

O Sr. Presidente da Mesa começou por explicar que por necessidades de agendamento do Congresso formam nomeados como representantes o Presidente da Câmara Municipal, Jorge Bento, o Presidente da Assembleia, Fernando Pita e o Presidente da Junta de Freguesia do Sebal, Raul Pratas. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a referida nomeação.-----

Ponto 7 – Designação de 4 eleitores para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo – al) I), do artgº17º, da Lei nº147/99, de 1/9;

O Sr. Presidente da Mesa referiu que foram convidadas quatro munícipes, tendo estes aceite o convite para fazer parte da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. Os munícipes propostos são a Sra. Paula Travassos, Sra. Fátima Bandeira, Sr. Jorge Gariso e Sr. José Pedrosa. O Sr. Presidente da Mesa perguntou se algum Deputado queria usar da palavra. Como nenhum Deputado quis intervir, passou-se de imediato à votação daquela proposta, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 8 – Eleição de representantes da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da CIM – Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego;

O Sr. Presidente da Mesa informou sobre a necessidade de eleger cinco membros da Assembleia Municipal, devendo essa eleição ser por voto secreto e por lista. Referiu ainda que apenas são elegíveis, e podem votar, os membros da Assembleia Municipal eleitos directamente, ou seja, os Presidentes de Junta não poderiam participar nessa eleição. -----

A bancada do Partido Socialista apresentou uma Lista, constituída pelos Deputados Fernando Pita, Maria Benvinda Costa, Maria João Ribeiro, Gonçalo Nuno Redinha e João Filipe Leal. A bancada do Partido Social Democrata apresentou também uma Lista, constituída pelos Deputados Ramiro Miranda, Maria da Conceição Costa, Ricardo Fernandes, João Viais e Paula Marcelino. O Sr. Presidente referiu que para efeitos da

votação a lista apresentada pela Bancada do PSD se designaria por “Lista A” e a lista apresentada pela bancada do PS se designaria por “Lista B”. De seguida procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo sido apurado o seguinte resultado: Total de votos: vinte e um; Lista A: sete votos; Lista B: onze votos, votos em brancos: três votos. Em face deste resultados e aplicando o método de Hondt, os Deputados eleitos como representantes da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, são os seguintes: Fernando Antunes Gaspar Pita, Ramiro Ferreira Miranda, Maria Benvida Costa, Maria Conceição Costa e Maria João Ribeiro. -----

Ponto 9 – Eleição de um Presidente de Junta de freguesia para o Conselho Local de Educação em representação das freguesias do Concelho.

Este assunto foi discutido e aprovado aquando da discussão do ponto 5 da Ordem de Trabalhos. Tendo sido eleita a Presidente da Junta de Freguesia de Belide, Maria do Rosário Grilo. -----

Ponto 10 - Autorização para Delegar Competências nas Juntas de Freguesia do Concelho, através de Protocolos, na Conservação e Limpeza de Valetas, Bermas, Arruamentos e Recintos Escolares.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que explicou em que consistia esta Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia. -----

O Sr. Presidente perguntou se algum Deputado queria usar da palavra. Como nenhum Deputado quis intervir, passou-se de imediato à votação do presente ponto da Ordem de Trabalhos, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, autorizar a Câmara Municipal a delegar as competências mencionadas em epígrafe, nas Juntas de Freguesia. ---

Ponto 11 – Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010, bem como o Mapa de Pessoal;

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara o qual apresentou as bases que serviram de estudo para a elaboração do Orçamento. -----

Começou por dizer que o Plano de Actividade e o Orçamento para 2010 não é seguramente o Plano que gostaria de apresentar em início de mandato. O Plano está condicionado por múltiplos factores que vão desde opções políticas anteriores, alguns investimentos por concluir, a crise no sector imobiliário e outros. -----

Referiu que algumas das expectativas que o Executivo tinha não se concretizaram através dos quadros comunitários e das diferentes candidaturas. Algumas foram chumbadas,

outras aprovadas mas ainda não financiadas. Somente a obra do Centro Educativo foi financiada. -----

Referiu que as receitas provenientes das taxas de licença e impostos provenientes do sector imobiliário, reduziram-se drasticamente em virtude da diminuição da actividade imobiliária. Sublinhou também que as receitas da venda de água e de saneamento são inferiores às despesas nestes serviços. -----

Explicou que apesar dos esforços de poupança através da receita corrente, como estas têm vindo a diminuir e as despesas correntes a aumentar, a situação se tem agravado. Deu exemplos de algumas áreas onde tem aumentado a despesa corrente, como sejam: o Centro Educativo, as piscinas, ou ainda a alteração no modelo de gestão na área da educação no primeiro ciclo, cujos encargos são maioritariamente suportados pela Câmara, como por exemplo, o pessoal não docente, alimentação e outros. -----

Referiu ainda que outros condicionantes que implicam aumento de despesa para o Município se devem a sistemáticas descentralizações de competências, passando muitas delas para a Câmara, como por exemplo a Protecção Civil. -----

Sublinhou que, e como é fácil de constatar, na prática, este aumento de despesas traduz-se em melhores serviços para a comunidade. Explicou que a previsão de venda de bens patrimoniais, é o “balão de oxigénio” do Orçamento, sendo uma técnica correntemente utilizada e o empolamento desta verba permite ir aproximando o Orçamento previsto do Orçamento real. -----

Disse ainda que, em boa verdade, o Plano de Actividades e Orçamento agora apresentado pode não ter muita coisa de novo, mas tem obras importantes para o Concelho, como seja o Estádio Municipal, a remodelação da Praça da República e outras. -----

Concluiu dirigindo uma palavra aos Presidentes de Junta, tendo-os alertado que as obras solicitadas ficaram abertas, permitindo a sua análise ao longo do ano. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos Deputados por ordem de inscrição.-----

Interveio o Deputado Municipal, Ramiro Miranda, dizendo que no documento, Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2010, é referido: “deve haver uma pausa nos grandes investimentos e estabilizar as finanças ” e “disparou o endividamento”. Comentando este extracto referiu que era previsível devido ao atraso no QREN já há muito conhecido, não tendo sido adequados os investimentos à realidade económico-financeira da Câmara Municipal. Questionou o Executivo sobre o montante do realizado e não pago referente a 2009 no que respeita às dívidas a empreiteiros e fornecedores.-----

Disse ainda que no supra citado documento se refere: “proceder a aumentos de taxas e tarifas...dos serviços prestados”. Mas, na Receita Corrente, os Serviços Prestados

aumentaram 7.54% (o maior aumento das rubricas) o que correspondem a 16.6% do total da receita corrente (a verba mais elevada). Assim, é necessário que o deficit dos serviços prestados não seja corrigido pela via da receita ou por deixar de prestar o serviço (casos recentes do aumento das tarifas da recolha e tratamento de águas residuais e da diminuição do período de funcionamento do parque de estacionamento), tanto mais que atravessamos uma crise económica e financeira, quer nas famílias quer nas empresas, sobre quem recaem directamente as consequências destas decisões, mas a Câmara Municipal deve encontrar mecanismos de gestão, que aplicados do lado da despesa permitam o equilíbrio das contas. -----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que a dívida a curto prazo a empreiteiros e fornecedores é de três milhões e meio de euros. -----

O Deputado Municipal, Ernesto Albuquerque, referiu-se aos custos de construção do Estádio Municipal e aos custos de manutenção que o mesmo irá acarretar, colocando em causa se os benefícios para o Concelho os justificam. -----

A Deputada Municipal, Fátima Bandeira, colocou algumas questões quanto à designação de algumas actividades constantes do Orçamento: Condeixa Vila Inteligente, Programa Conímbriga 2020, Centro Cultural Fernando Namora e outras. Disse ainda que lamenta não estar contemplado no Orçamento a aquisição da Casa dos Arcos. -----

O Deputado Municipal, António José Domingues, referiu a exigência e rigor com que o presente Orçamento está elaborado, sublinhando no entanto algumas lacunas de informação. Salientou a importância da reabilitação de imóveis de interesse público, como a Quinta de São Tomé, e outros, sendo mesmo uma mais-valia para o Concelho em termos turísticos. Questionou ainda o porquê de relançarem as Noites de Conímbriga. -----

O Deputado Municipal, João Leal, começou por agradecer a sinceridade com que o Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação do Orçamento, passando de seguida a ler o documento que consta como anexo à presente acta sob o número 8. Referiu a importância para o Município das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010. Sendo o Orçamento um plano financeiro e estratégico, ele é a expressão da previsão, das receitas e fixação das despesas municipais, ele deve estabelecer objectivos e metas. Referiu que a Câmara apresenta uma estrutura financeira felizmente arrumada. -----

Referiu que o Partido Socialista representado maioritariamente nesta Assembleia está para servir os munícipes, para trabalhar em prol do bem-estar da população do Concelho, sem cansaço e com cada vez mais motivação. -----

Referiu que o Município de Condeixa se mantém no grupo de municípios cumpridores dos limites de endividamento municipal imposto pela Lei da Finanças Locais e que o Orçamento traduz um rigor e transparência absolutos. Referiu ainda que a acção determinada do Executivo tem propiciado um crescimento harmonioso, tornando possível compatibilizar o progresso social com a preservação do ambiente, e que Condeixa vai continuar a registar um crescimento sustentado e sustentável e a registar maior coesão social. Sendo este o Orçamento possível nas presentes condições, convidou todos os Senhores Deputados Municipais votarem a favor. -----

Tomou a palavra o Deputado Municipal, João Viais, referindo que quanto ao que foi apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara, as opções foram tomadas e agora têm que ser assumidas. Referiu ainda as pertinências das questões levantadas pelo Deputado Ernesto Albuquerque no que concerne ao Estádio Municipal. Questionou se não seria de ponderar a construção de um quartel de bombeiros fora do centro, como em tempos foi pensado. Ainda, e face às obras na Praça da Republica, sugeriu que uma ambulância e um carro de bombeiros sejam colocados em espaço alternativo e de fácil saída. No que respeita ao orçamento disse que se verifica um aumento das despesas e uma diminuição das receitas e questionou o porquê do aumento com despesas de pessoal, dado que foram cortados alguns subsídios. -----

De seguida o Sr. Presidente da Câmara respondeu a algumas observações ou questões colocadas. Esclareceu que no ano de 2009 não foram retirados subsídios a qualquer trabalhador da Câmara e que o aumento da despesa com os salários se deve a ter-se atingido o pleno no reposicionamento nas suas carreiras, à necessidade de recorrer a serviços jurídicos e outros, ao pagamento a trabalhadores de programas ocupacionais, os quais anteriormente eram a custo zero, e ainda outros. -----

Explicou que algumas acções com designações de projectos, como por exemplo: Condeixa Vila Inteligente, Centro Cívico ou Centro Cultural Fernando Namora, são designações, por vezes do mesmo espaço, e que podem vir a designar candidaturas que a Câmara prevê vir a realizar. -----

Relativamente à casa dos Arcos, disse subscrever o que a Sra. Deputada Fátima Bandeira disse, no entanto, o montante pedido é muito elevado e as obras de restauro ainda serão

mais um grande encargo. O município está sensibilizado para o projecto mas os valores de compra terão de baixar. -----

No que respeita ao Cineteatro do edifício dos bombeiros, referiu que aquele nunca foi licenciado e quando se procurou fazer não estava compatível com a legislação actual. Por outro lado, o município não está em posição de fazer obras sem a certeza de licenciamento. Quanto às observações sobre a construção do estádio municipal, disse que estas obrigam a fazer sacrifícios, mas que estes são compensados pelo significativo número de jovens que hoje utiliza o actual campo, bem como pelos que hoje se deslocam para fora do concelho, por falta de condições, esperando que o deixem de fazer. Sublinhou que é importante criar estruturas dignas para todos os munícipes e, em particular, que as novas famílias que escolhem o nosso concelho para viver tenham condições de enraizamento. -----

Não se verificando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa colocou o documento à votação. -----

O Deputado António Domingues leu a Declaração de Voto, que se anexa à presente acta para dela fazer parte integrante como documento sob o número 9. -----

A Deputada Maria de Lurdes Simões leu a Declaração de Voto, que se anexa à presente acta para dela fazer parte integrante como documento sob o número 10. -----

A Deputada Maria Benvinda Costa também fez uma declaração de voto, referindo que das várias leituras que foram apresentadas nas intervenções, em sua opinião, o que conta é o trabalho demonstrado, nomeadamente o do Sr. Presidente da Câmara que está à frente do executivo e assim irá continuar. Disse ainda que sempre que refere viver em Condeixa só recebe opiniões favoráveis à gestão do concelho, por isso, se orgulha de viver em Condeixa. -----

De seguida o Sr. Presidente colocou à votação na generalidade e na especialidade as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010, bem como o Mapa de Pessoal, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar os referidos documentos com onze abstenções do PSD, BE e CDU, e vinte votos a favor. -----

Ponto 12 – Apreciação da informação do Sr. Presidente da Câmara, nos termos do nº1, da alínea e), do artigo 53º, da Lei 169/99, de 18/9, na actual redacção.

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou se algum membro queria comentar a intervenção escrita do Sr. Presidente da Câmara, que se anexa à presente acta para dela fazer parte integrante como documento sob o número 11. -----

Como ninguém o desejasse fazer e por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião eram treze horas e quarenta e cinco minutos. -----

Os pontos da ordem de trabalhos e sujeitos a votação, foram aprovados em minuta para efeitos executórios imediatos. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por Sr. Presidente e pelos Secretários desta reunião. -----

O Presidente da Mesa

1º Secretário

2º Secretário